

Informação

Projetos de Resolução n.ºs

1171/XIV/2.^a (PCP) e 1244/XIV/2.^a

(BE)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 12/05/2021

Epígrafes:

Pela requalificação e reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e Distrito de Setúbal;

Pela reposição dos locais de paragem do Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha sul entre Barreiro e Tunes.

1. Dez Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e Dezanove Deputados do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente, os **Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1171/XIV/2.^a (PCP) e 1244/XIV/2.^a (BE)**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. O **Projeto de Resolução n.º 1171/XIV/2.^a (PCP)**, deu entrada na Assembleia da República a 31 de março de 2021, tendo o mesmo sido admitido a 1 de abril de 2021, data em que baixou à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.
3. Por sua vez, o **Projeto de Resolução n.º 1244/XIV/2.^a (BE)**, deu entrada na Assembleia da República e foi admitido a 4 de maio de 2021, tendo o mesmo baixado à Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.
4. Os dois Projetos de Resolução *supra* mencionados foram objeto de discussão na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação, em reunião de 12 de maio de 2021, tendo sido objeto de [gravação áudio](#), a qual estará disponível nas páginas das iniciativas na Internet.
5. A discussão dos **Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1171/XIV/2.^a (PCP) e 1244/XIV/2.^a (BE)** ocorreu nos seguintes termos:

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Pedro Coimbra, começou por dar a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que destacou que o Projeto de Resolução em apreço traduz uma proposta concreta consubstanciada na devolução dos comboios à população do Distrito de Setúbal. Frisou o encerramento do transporte regional na Linha do Sul à cerca de uma década. Recordou que a cidade de Setúbal ficou sem ligações ferroviárias diretas para sul e observou as situações em que a população ficou completamente desapossada de transporte ferroviário. Fez referência à

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

discussão pública acerca da descarbonização, da agenda verde e das questões climáticas, porém salientou a necessidade de ações concretas. Nesse sentido, destacou que a linha existe, está eletrificada, sendo de imediato possível a realização de comboios de passageiros com material circulante de tração elétrica neste território. Salientou que a região é bastante penalizada pela ausência de transporte ferroviário. Observou que a reativação do serviço regional de passageiros nestas linhas, seja na Linha do Sul seja na Linha de Sines passa por uma decisão exclusivamente de gestão e exploração do transporte ferroviário a partir da CP, e só depois por novos investimentos em infraestruturas, como sendo o caso de uma nova Estação de passageiros em Sines. Observou os investimentos anteriormente realizados na estação da CP de Setúbal, orçados em cerca de 11 milhões de euros, porém a população não usufrui da devida mobilidade ferroviária. Concluiu, afirmando a necessidade de promover a requalificação e reabertura do serviço regional e inter-regional de transporte ferroviário no Alentejo Litoral e Distrito de Setúbal, assegurar a passagem por Setúbal do serviço Intercidades Lisboa/Faro, retomar o serviço regional de passageiros na Linha de Sines e adequar a articulação do transporte ferroviário e dos horários com as necessidades das populações e dos utentes.

De seguida, foi dada a palavra à Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) que, no uso da mesma afirmou que o distrito de Setúbal tem vindo a sofrer sucessivas supressões do serviço de transporte ferroviário, tomadas à margem dos interesses das populações. Referiu que as opções de mobilidade ferroviária não se devem esgotar no uso pendular e de longo curso, assente numa lógica de rendabilidade, esquecendo os outros serviços de transporte a disponibilizar e os habitantes dos territórios que deve servir. Observou que Setúbal é capital de Distrito, com universidades, com um hospital, com serviços, com espaços de criação e cultura, sendo necessário garantir a mobilidade das populações no seu território. Referiu que atualmente nem sequer é servida por um comboio intercidades, porém tem uma forte ligação ao Sul do país. Explicou que o Projeto de Resolução em apreço pretende inverter o conceito de mobilidade da Península de Setúbal centrado em Lisboa, procurando recuperar as ligações ferroviárias existentes em 2011. Face ao exposto, afirmou a necessidade de repor os locais de paragem do serviço Intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal, bem como recuperar o serviço regional da Linha do Sul, no seu percurso original, com partida na cidade do Barreiro.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado Filipe Pacheco (PS) para felicitar o GP PCP e o GP BE pelos Projetos de Resolução apresentados, afirmou que a aposta na ferrovia tem sido uma das prioridades políticas do PS. Destacou a pertinência da discussão dado que a linha do Sul corresponde a uma das principais vias ferroviárias do país, evidenciou a supressão de todo o serviço regional entre Lisboa e Faro, a 11 de dezembro de 2011, pelo Governo constituído por PSD e CDS-PP. Igualmente, lembrou que Alcácer do Sal ficou sem qualquer serviço de passageiros no decurso das supressões de serviços efetuadas. Demonstrou incompreensão pela ausência de referências nos Projetos de Resolução à aposta na ferrovia preconizada pelo Governo. Frisou ser bem patente a aposta na ferrovia, desde logo no plano Ferrovia2020, referiu que o contexto de investimentos em curso e de aquisição e recuperação de material circulante deve ser salientando. Abordou que o novo Plano Ferroviário Nacional pretende levar a ferrovia a todas as capitais de distrito, contudo esse desígnio não foi abordado pelos Projetos de Resolução em apreço. Observou que a retoma do serviço de passageiros em Sines, devido à ausência de infraestruturas, deve estar inserida no Plano Ferroviário Nacional. Colocou à consideração se faz sentido a paragem do comboio intercity em Alcácer do Sal, o que implicaria um acréscimo significativo no tempo de viagem. No seu entender algumas das opções apresentadas nos PJR necessitam de validação técnica, contudo, não deixou de concluir, frisando o forte investimento em curso na Ferrovia.

De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Nuno Miguel Carvalho (PSD) que, no uso da mesma, afirmou a visão europeia para a mobilidade, que assenta na descarbonização e na redução da pegada ecológica, nesse sentido procurou esclarecer o atual contexto de mobilidade. Frisou que as decisões ferroviárias tomadas à cerca de uma década atrás estão interligadas a um específico contexto de dificuldade económica e social. Mencionou, indo ao encontro dos Projetos de Resolução em apreço e fazendo referência à mencionada disponibilidade de material circulante e à existência de linha ferroviária, que apenas falta decidir e materializar o proposto. Afirmou que as matérias aqui reivindicadas devem ter uma resposta governativa, sem deixar de frisar que o atual contexto económico e de coesão territorial é totalmente diferente. Por fim, concluiu que o atual Governo não tem argumentos por não ter, até ao presente momento, respondido aos ensejos, em termos de mobilidade ferroviária, destas populações.

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Solicitada a palavra pelo Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP) para salientar que as decisões tomadas em 2011, pelo Governo à altura, não corresponderam a decisões estratégicas, mas a respostas imediatas dado o grave contexto de crise económica com que o país se deparou. Observou que o atual Governo PS está em funções há mais tempo, comparativamente ao Governo PSD/CDS-PP, não ocorrendo justificações de falta de oportunidade na resolução das questões evidenciadas nos PJR. Referiu que não podem ser tomadas decisões acerca de abertura de linhas e de estações sem o cumprimento de dois essenciais pressupostos: em primeiro, analisar a coerência das decisões respeitando o planeamento global, sem dúvida que é com base no interesse das populações; em segundo, tem de ocorrer viabilidade técnica e económica. Concluiu, afirmando que o Governo não disponibilizou suficiente informação para aferir, nos casos apresentados, a viabilidade das propostas.

Por fim, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) no uso da palavra para uma intervenção final, salientou que a ferrovia, mais do que declarada, tem de ser praticada, nesse sentido afirmou que no Distrito de Setúbal tem sido esquecida. Referiu que a linha ferroviária existe, ao contrário de outros Distritos que necessitam de investimento ferroviário estruturante, e que apenas basta disponibilizar o material circulante para de imediato concretizar as necessidades de mobilidade ferroviária da Região de Setúbal. Observou a existência das locomotivas recuperadas, série 2600, aptas para garantir a mobilidade ferroviária no Distrito de Setúbal. Salientou não ser preciso o Plano Ferroviário Nacional para disponibilizar o comboio em Setúbal. Observou, falando em métricas, que não deve ser a viabilidade económica ou financeira a determinar a concretização deste tipo de linhas de âmbito regional, salientou que estes tipos de comboios não devem ser lucrativos, devem sim, apresentar viabilidade técnica. Concluiu, salientando que a proposta apresentada pelo PCP é das mais fáceis de realizar.

Pelo Senhor Vice-Presidente foi dado como encerrada a discussão dos projetos de resolução ora em apreço.

6. Realizada a sua discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

7.



Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Assembleia da República, em 26 de março de 2021

O Vice-Presidente da Comissão



(Pedro Coimbra)